



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Sargento Portugal** –  
PODEMOS/RJ

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2024.**  
(Do Sr.Sargento Portugal)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que Institui a Lei de Execução Penal, para prever o uso de câmara corporal pelo apenado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 146-B da Lei nº 7.210, de 11 DE julho de 1984, que Institui a Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes §1º, §2º e §3º:

“Art.146-B.....

§1º A fiscalização por meio de monitoração eletrônica de que trata o **caput** deste artigo deverá ser realizada por meio da afixação ao corpo do apenado de câmara de monitoração eletrônica, além de outras informações úteis à fiscalização judicial. **(NR)**

§2º O estado só poderá conceder os benefícios constantes dos incisos I ao VIII de que trata o **caput** deste artigo se o apenado puder custear a operacionalização da câmara corporal de monitoração eletrônica que deverá utilizar. **(NR)**

§3º Os valores do pagamento da pena de multa ao apenado deverão ser suficientes e no mínimo na proporção do valor de compra da câmara corporal de monitoração eletrônica utilizado.” **(NR)**

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente e demais Nobres Pares, o presente projeto de lei visa estabelecer o uso de câmera corporal a todos os apenados que fizerem jus ao regime aberto, semi-aberto, VPL e demais benefícios constantes dos incisos I ao VIII do art. 146-B da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que Institui a Lei de Execução Penal.

Decerto que o custo de aquisição será da multa que o apenado receberá, assim como os custos de operacionalização da câmera corporal de monitoração eletrônica.

Somente poderá usufruir dos benefícios constantes dos incisos I ao VIII do art. 146-B da LEP, aquele apenado que puder custear a aquisição e a manutenção da câmera corporal de monitoração eletrônica.

Defendemos, que todo condenado no âmbito da esfera criminal faça o uso de câmera corporal como mais um instrumento de sua reabilitação no âmbito da sociedade.

As câmeras corporais de monitoração eletrônica são equipamentos mais eficazes e eficientes que as já ultrapassadas tornozeleiras eletrônicas. Os passos do apenado poderão ser monitorados ao vivo e 24 horas por dia pelos órgãos de Execução Penal e de Segurança Pública visando alimentar banco de dados com informações que poderão ser usadas como estratégias de combate à criminalidade local, interestadual ou transnacional.

A tecnologia utilizada em favor da população pacífica e ordeira desse País deverá ser um instrumento para se evitar a evasão prisional no Brasil, que chega a 70%.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares pela aprovação da presente Proposta.

Sala das Sessões, de de 2024.

**SARGENTO PORTUGAL**

**Deputado Federal PODE/RJ**

